

Por maior apoio, Sarney muda economia

O governo quer resgatar a credibilidade popular com uma série de medidas econômicas de impacto. O deputado Ulysses Guimarães calcula entre oito e dez providências em exame na área governamental. O líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, informa que já está pronta para ser adotada a qualquer momento uma medida que reduzirá expressivamente as taxas de juros. As mudanças no Imposto de Renda, anunciadas ontem, deram início a este processo. O PMDB gostou, mas quer mais: suas lideranças trabalham junto ao governo para a adoção nas próximas horas de novas medidas de redução da carga tributária para a classe média.

Uma das expectativas no PMDB é da conclusão na Consultoria-Geral da República dos estudos sobre uma lei antitruste, mas o partido está inquieto com as informações de que o consultor Saulo Ramos pretende restabelecer na Lei de Inquilinato a figura da denúncia vazia.

Em entrevista, durante almoço com a imprensa, Ulysses Guimarães criticou, veemente, o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), por atingir indiscriminadamente a ricos e pobres. Luiz Henrique, também em entrevista, defendeu a pura e simples extinção do ICM. Nada indica, contudo, que isto será concretizado

em breve, mas está em exame dentro do governo uma mini-reforma tributária de emergência para socorrer os novos governadores que assumiram estados altamente endividados. A partir da próxima semana, o próprio Sarney pretende conversar com todos os governadores para um diagnóstico do quadro em seus estados e o exame de providências.

As medidas internas, segundo Ulysses e Luiz Henrique, têm por objetivo assegurar a necessária sustentação interna para a renegociação da dívida externa, atendendo, ao mesmo tempo, às reclamações contra os juros altos e a violenta taxaçoão do Imposto de Renda.

Os políticos do PMDB estão sendo informados das mudanças em estudos no governo em suas linhas gerais, mas ainda não tiveram acesso a seu detalhamento. Estão, contudo, convencidos de que elas serão positivas para a imagem do governo, do ministro Dilson Funaro e do próprio PMDB.

Luiz Henrique diz que «a estabilidade do ministro Dilson Funaro será tanto maior quanto maior for a popularidade das medidas. Elas devem reverter a insatisfação e frustração popular. E serão tomadas em breve. Eu diria que elas estão no horizonte imediato. A questão dos juros, por exemplo, está na agulha, pode ser decretada a qualquer momento».

Mas o PMDB quer urgência

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), advertiu ontem que mesmo com o sucesso das articulações promovidas pelo deputado Ulysses Guimarães visando a permanência do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, no governo, a bancada do seu partido na Constituinte está reclamando mudanças urgentes na política econômica. Já o senador Severo Gomes (PMDB-SP) cobrou a adoção de medidas contra a especulação financeira e de combate aos baixos salários como prevê o Programa do PMDB.

Fernando Henrique Cardoso afirmou que os peemedebistas, independente dos grupos, a que pertençam, têm reclamado com insistência da política econômica e reivindicado mudanças o mais rápido possível. Entre os parlamentares que manifestaram esta posição está o senador Severo Gomes. A seu ver, resolvido os problemas da especulação financeira e dos baixos salários e restantes das dificuldades do país seriam sanadas no momento em que a questão da dívida externa fosse equacionada.

Para Ulysses, regime híbrido é o adequado

Por sua vez, o deputado Antônio Brito (PMDB-RS) confirmou que a bancada do seu partido está ansiosa por mudanças na política econômica e espera que as alterações ocorram a qualquer momento, depois dos feriados.

Quando ao apoio dado ao ministro Dilson Funaro, um dos vice-líderes do partido, que não quis ser identificado, disse que o PMDB não tem garantias que ficará com o Ministério da Fazenda, caso o ministro seja realmente substituído. «Ruim com Funaro, pior sem ele», acreditam os peemedebistas, segundo o vice-líder. O problema é que o PMDB não tem dentro dos seus quadros um nome para substituir Funaro e corre o risco de ver nomeado uma pessoa identificada com as correntes conservadoras. Este vice-líder chegou a reproduzir uma conversa entre Ulysses e Sarney em que o Presidente teria pedido ao deputado que indicasse um nome para ocupar a pasta da Fazenda diante do desgaste do atual ministro, mas não obteve resposta do presidente do PMDB.



Ulysses anuncia que cerca de dez novas medidas virão para beneficiar o povo



Lula condena tática usada contra Funaro

O deputado Luis Inácio «Lula» da Silva (PT-SP) atacou ontem no plenário da Constituinte a política adotada pelo presidente Sarney para derrubar o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. afirmou que o presidente tem autonomia para fazer alterações no seu ministério «quando bem entender, mas não podemos admitir que isto seja decidido na calada da noite, em reuniões com governadores que serão os interlocutores da oposição».

Saltentou que não tinha provas concretas para fazer tais acusações, pelo fato de estar baseado em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* e na revista *Veja* — que diziam que o resultado da «reunião dos quatro» foi tomada em um encontro realizado na madrugada de véspera entre o governador Orestes Quércia e o presidente José Sarney.

O deputado mais votado do país considera, no entanto, que o momento político do Brasil é muito crítico e que «o presidente da República não pode ficar se preocupando em derrubar seu ministro através de focos». Lula explicou que Sarney tem autonomia para retirar Funaro da equipe a qualquer momento, da mesma maneira «que se eu quiser dispensar meu assessor não pedirei para outro deputado vir à tribuna para falar mal dele», ilustrou, irritado.

Para Lula, colocar qualquer ministro nessa situação «é desmoralizante não só para ele, mas para toda nação». O ex líder sindical fez questão de frisar que o seu discurso não foi feito a favor ou contra a permanência do ministro Dilson Funaro na equipe do governo. «Para mim este é um problema do presidente, mas da maneira que as coisas estão acontecendo fica claro que não está sendo executada uma política séria no país».

Mandato curto é cassação, diz Chiarelli

O líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, preferiu citar Vinícius de Moraes, ao tratar ontem da manutenção da Aliança Democrática: «Que seja infinita, enquanto dure». Mas, assinalou que o compromisso de seu partido com o PMDB, é para assegurar a transição democrática, que passa pelo processo constituinte e se encerra com a promulgação da nova Carta.

«O senhor estaria então defendendo que após a promulgação houvesse eleição geral?» — Não, justificou Chiarelli, assinalando que na sua opinião, os mandatos fixados pela Constituição em vigor são legítimos e devem ser preservados. Acrescentou ainda que se o critério político induzir a uma redução do mandato presidencial, os constituintes estarão na obrigação de deliberarem também sobre seus próprios mandatos.

«Por que a cassação de um só? — indagou o senador, certo de que se for estabelecida vida nova na Constituição em elaboração, terá que atingir todo o mundo político: municipal, estadual e federal.» Chiarelli voltou a defender um esforço dos partidos integrantes da Aliança Democrática para manter a coligação a nível federal e no plano administrativo, reconhecendo, entretanto, que nas bases esse entendimento é impossível de realizar ou mesmo ser tentado. Ele acha que PMDB e PFL têm que encontrar meios de conviver.

Para Ulysses, regime híbrido é o adequado

Presidencialismo com temperos parlamentaristas: esta receita foi sugerida ontem pelo presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, durante um almoço com jornalistas no Restaurante Piantella, como o caminho mais adequado para concluir com sucesso o processo de transição política do País.

O Brasil imaginado por Ulysses tem um presidente forte, mas reconhece no Congresso Nacional poderes maiores do que os atuais. Ao invés de um primeiro-ministro, o deputado sugere a figura de um ministro coordenador do governo junto aos parlamentares, que poderia ser derrubado pelo Congresso.

Deputados e senadores também poderiam, segundo a fórmula híbrida desejada pelo presidente da Constituinte, formular pedidos de informação ao governo, que funcionariam como sumárias comissões parlamentares de inquérito. O Poder Executivo disporia de 30 dias para satisfazer a curiosidade do Congresso, e quem não respeitasse o prazo estaria sujeito a crime de responsabilidade.

As comissões técnicas passariam a contar com o poder de convocar ministro de Estado e cresceriam substancialmente o número de cargos do Poder Executivo passíveis de aprovação prévia do Congresso Nacional. Todas essas inovações serviriam, segundo o raciocínio de Ulysses, como concessões aos parlamentaristas na luta para preservar o presidencialismo.

Para Ulysses, a Constituinte é o poder supremo do País, porque

Plebiscito para os polêmicos

O presidente do Senado, Humberto Lucena, defendeu ontem que os temas polêmicos, como sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo —, aborto, e talvez extensão do direito de greves aos servidores públicos — sejam submetidos a um plebiscito popular antes de definitivamente consagrados na Nova Constituição. Ela acha que isto não impedirá a promulgação da Carta dentro dos prazos previstos. Apenas, se não houver o referendo popular, o Congresso fará emenda alterando os dispositivos.

Humberto Lucena acredita que os prazos para elaboração da nova Carta são suficientes, porque 70 por cento do texto são praticamente intocáveis, como os que dizem respeito, por exemplo, a direitos e

legisla sobre o próprio Poder Executivo. «Ela pode estabelecer um governo monárquico, presidencialista ou parlamentarista e, se quiser, ainda abole a Federação e impõe modificações profundas sobre o Poder Judiciário», exemplifica.

Por poder tanto, argumenta o deputado, ela deve preocupar-se em saber o que faz, para não repetir insucessos do passado. «O presidente João Goulart podia mais do que sabia», comparou. «E se a Constituinte não tiver sabedoria na mesma proporção em que tem poder, poderá funcionar com um bumerangue».

A analogia foi utilizada por Ulysses para explicar que os constituintes não devem tentar inserir na Constituição temas que caibam na legislação ordinária. O texto constitucional tem que se ater aos temas institucionais e, segundo seus cálculos, dispõe de no máximo 200 artigos. «Devemos ser sucintos para manter o senso de hierarquia e evitar a desordem e a bagunça», defendeu.

Ulysses não quer aumentar os prazos já estipulados para a aprovação do novo texto — que culminam em 15 de novembro — e anuncia que o plenário, responsável pelo debate após concluído o trabalho das comissões e sub-comissões, será convocado à noite, aos sábados e domingos, se necessário, para respeitar a data limite.

Para facilitar o andamento dos trabalhos, Ulysses vai sugerir a aprovação rápida para os temas consensuais e discussão posterior dos demais.

garantias, estado e municípios e poderes do Estado.

A respeito de mandato presidencial, não é um tema polêmico e pode ser objeto de decisão política. Na sua opinião, o ideal é a duração de cinco anos.

A crise econômica, o andamento dos trabalhos da Constituinte, a posição do partido na definição do sistema de governo e na duração do mandato presidencial são alguns dos temas da reunião da comissão executiva nacional do PMDB, marcada para o dia 23.

A novidade da reunião de ontem foi a presença dos senadores Mário Covas e José Richa — que até então não faziam parte do círculo de parlamentares ligados ao presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte.

Palmeira só oficializa a sua saída no dia 22

Gerson Menezes
O presidente licenciado do PFL, senador Guilherme Palmeira (AL), deve apenas comunicar ao presidente Sarney o seu afastamento da presidência do partido no próximo dia 22. A entrega da carta ao PFL pedindo o afastamento definitivo ocorrerá em data que possibilite uma nova eleição em prazo que não atropela a reforma ministerial.

O «cronograma» em torno da sucessão no comando pelista está sendo articulado, na verdade, há cerca de um mês, diante da decisão de Palmeira de afastar-se definitivamente da presidência. Como seus mais prováveis sucessores serão Marco Maciel ou então Jorge Bornhausen, persistiu na cúpula o julgamento de que seria necessário esperar a definição de Sarney em torno da reforma do Ministério, de modo que o afastamento de um dos ministros não se antecipasse muito a essas alterações na equipe do governo. Ainda ontem, nesse «cronograma» estava previsto que Sarney

Parlamentares brigam por rádio e TV

Os parlamentares já estão brigando pela participação nos programas de rádio e televisão que divulgam os trabalhos da Constituinte. Ontem o deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) afirmou que está existindo discriminação em relação às pequenas agremiações, pois «apenas o PMDB e PFL estão participando dos programas».

Bonfim foi imediatamente apoiado pelas lideranças do PT e PDT. Eles acusaram a Mesa da Constituinte de não ter orientado devidamente todos os partidos sobre o conteúdo e produção dos programas. Por isso, o deputado algoano pediu à Mesa que fosse contatadas as lideranças, para que os partidos pudessem marcar o dia de sua participação.

O vice-líder do PDT, Amaury Müller, criticou também a produção dos programas. afirmou ter assistido na televisão o programa de anteontem — «de qualidade questionável» — onde os parlamentares eram mostrados de costas. «Parecia que estávamos de costas para toda Nação», contestou.

Esclarecimento

Como resposta às queixas dos parlamentares a Mesa da Constituinte, presidida pelo deputado Arnaldo Farias de Sá, ponderou que os programas não são destinados aos partidos e sim ao esclarecimento público sobre os trabalhos da Assembleia. O presidente explicou que no primeiro programa o deputado Ulysses Guimarães fez um relato sobre os objetivos dos trabalhos. «Agora estamos mostrando as comissões e subcomissões e, em uma segunda fase, pretendemos dar espaço para as discussões do plenário, onde aparecerão os constituintes», afirmou Arnaldo Farias de Sá.

Favorecimento

Os deputados, no entanto, não se satisfizeram com as explicações e argumentaram que os programas — que são veiculados duas vezes por dia nas rádios e televisões — não têm «conteúdo algum», além de favorecerem «aleatoriamente» partidos e constituintes.

Nesta fase de apresentação das comissões e subcomissões os programas mostram os trabalhos e, comumente, são entrevistados os presidentes ou relatores, que

perencem ao PMDB e PFL respectivamente, com exceção da Comissão de Organização Eleitoral, cuja presidência é do PDS.

Por isso a reclamação feita no plenário, ontem, deverá se transformar nos próximos dias em uma exigência formalizada à Mesa por parte dos pequenos partidos. Aparentemente eles têm a intenção de fazer um programa nos moldes do horário gratuito dos TRÊs nas eleições.

Constituinte vai entrar em novo recesso

Vem aí mais um feriado prolongado, e com ele a paralisação das atividades da Constituinte, que, depois da sessão de hoje, só voltará a se reunir em plenário na terça-feira. As comissões e sub-comissões também entram em recesso, amanhã e na Sexta-Feira Santa, e ainda na segunda-feira, quando é lembrado o aniversário da morte de Tiradentes e do nascimento de Brasília.

Em sua maioria, porém, os parlamentares que estão presidindo as subcomissões da Constituinte não acreditam que o recesso irá prejudicar o andamento dos trabalhos. Para eles, os membros das subcomissões, que foram instaladas no dia 9, vão ter condições de encaminhar, no prazo de 30 dias, os seus respectivos anteprojatos para apreciação dos relatores.

«Não vamos nos atrasar», afirma categoricamente o deputado paraibano Antônio Mariz (PMDB), presidente da subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. Ele ressaltou que o recesso era perfeitamente «previsível», acrescentando que ninguém poderia esperar reuniões das subcomissões nos feriados, «guardados pela grande maioria da população».

No entender de Antônio Mariz, os prazos legais serão cumpridos porque, quando os trabalhos «apertarem», as subcomissões se utilizarão do recurso, previsto no regimento, de se reunirem também nos feriados e finais de semana. No caso da subcomissão que ele preside, ficou decidido, na reunião de ontem, que, à medida em que se aproximam o dia 9 de maio, seus membros se reunirão regularmente aos sábados e extraordinariamente aos domingos, além de serem feitas reuniões noturnas.

Uma das poucas vozes discordantes quanto ao recesso é a do deputado Alberício Filho (PMDB-MA), que preside a subcomissão do Poder Executivo. «A paralisação, de qualquer maneira, provoca um retardamento em virtude dos prazos serem muito claros», destaca.

PFL também terá seu plano

Belo Horizonte — O Partido da Frente Liberal, preocupado com a crise econômica, social e política por que passa o país e que o está conduzindo à recessão, está elaborando, segundo revelou seu presidente em exercício, deputado Maurício Campos (PFL-MG), um plano alternativo de governo, a ser apresentado como contribuição partidária ao presidente José Sarney.

Maurício Campos disse que o PFL vai levar propostas concretas ao governo: como as relativas ao Imposto de Renda, apresentadas pelo líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (PFL-RS), que tiveram de ser discutidas com urgência, além de outras definindo claramente a posição do partido. E assinala que se trata «de um novo programa de governo».

O presidente do PFL considera importante e merecedora de exame «patriótico» toda proposta de entendimento nacional, com vista a atacar os problemas que o país enfrenta. Este entendimento deve, no entanto, ser de fundo com base em propostas objetivas e concretas e não apenas em discussões vagas.

Maurício Campos afirmou que o seu partido está colaborando com o governo, visando a superar a crise, que está cada vez mais se agravando.



Deputado Maurício Campos

Exército alerta para o «raro» momento do país

O chefe do Estado-Maior do Exército, general Fernando Valente Pamplona, saudou ontem os novos generais-de-brigada, alertando-os para a «rara significação» do atual momento nacional. «Momento — continuou o general — em que se respira a atmosfera da elaboração de uma nova Constituição e em que se busca um novo direcionamento para a política econômico-financeira do país, exigindo de cada brasileiro patriotismo e elevado espírito de colaboração».

A cerimônia de entrega de espadas aos novos 14 generais-de-brigada, promovidos dia 31 de março último, realizada no Clube do Exército, em Brasília, foi presidida pelo ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, que acumulou, no mesmo ato, as funções de padrinho de espadas do general Nilton Cerqueira. Cerqueira, responsável pela eliminação do líder guerrilheiro Carlos Lamarca, foi designado para comandar a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, no Rio.

Além de Nilton Cerqueira, são estes os demais generais-de-brigada homenageados ontem com o recebimento da espada: Nelson Querido; Wladir Cavalcante; Antônio Real Martins; Sérgio Bergamaschi; João Saraiva de Castro; Gleuber Vieira; José Nogueira Belham; Curt Dietzold; Francisco Arnulpho Pamplona; Domingos

Gazzineo; Péricles Gomes; José Saldanha Fábrega, e Sérgio Lopes Coutinho.

Golpe
«Os militares querem a consolidação do poder civil». A frase é do ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, e foi dita depois de questionado sobre o atual momento nacional e sobre as especulações acerca de um golpe de estado. O ministro Ivan Mendes disse que não vê interesse, por parte daquele órgão de informações, em identificar o foco de tais notícias, depositando, contudo, parte de tal responsabilidade na imprensa.

Também o atual chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Mário da Fonseca Hermes, disse que somente a imprensa fala em golpe, «pois nos quartéis a situação é tranquila, ótima, sem nada de anormal». Opinião similar tem o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, para quem o momento é de todos os brasileiros trabalharem juntos. Admitiu que não existe nada no meio militar no sentido de desestabilização do poder civil.